

Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros

45



ASPECTOS LEGAIS NO SERVIÇO DE BOMBEIROS



MALSB

MANUAL DE ASPECTOS LEGAIS NO SERVIÇO DE BOMBEIROS

1ª Edição
2006

Volume
45

**Os direitos autorais da presente obra
pertencem ao Corpo de Bombeiros da
Polícia Militar do Estado de São Paulo.
Permitida a reprodução parcial ou total
desde que citada a fonte.**

Comandante do Corpo de Bombeiros

Cel PM Antonio dos Santos Antonio

Subcomandante do Corpo de Bombeiros

Cel PM Manoel Antônio da Silva Araújo

Chefe do Departamento de Operações

Ten Cel PM Marcos Monteiro de Farias

Comissão coordenadora dos Manuais Técnicos de Bombeiros

Ten Cel Res PM Silvio Bento da Silva

Ten Cel PM Marcos Monteiro de Farias

Maj PM Omar Lima Leal

Cap PM José Luiz Ferreira Borges

1º Ten PM Marco Antonio Basso

Comissão de elaboração do Manual

Cap PM Ivanovitch Simões Ribeiro

Cap PM Kleber Danúbio Alencar Junior

Cap PM Rogério Sheffer Longato

1º Ten PM Nilson Kuratomi da Silva

1º Ten PM Eduardo Drigo da Silva

1º Ten PM Silvio Carlos Sanches Monteiro

1º Ten PM Marcos de Paula Barreto

1º Sgt PM Nelson do Nascimento Filho

1º Sgt PM José Orlando Bortaliero de Anchieta

1º Sgt PM Jair da Silva Romualdo

Comissão de Revisão de Português

1º Ten PM Fauzi Salim Katibe

1º Sgt PM Nelson Nascimento Filho

2º Sgt PM Davi Cândido Borja e Silva

Cb PM Fábio Roberto Bueno

Cb PM Carlos Alberto Oliveira

Sd PM Vitanei Jesus dos Santos

PREFÁCIO - MTB

No início do século XXI, adentrando por um novo milênio, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo vem confirmar sua vocação de bem servir, por meio da busca incessante do conhecimento e das técnicas mais modernas e atualizadas empregadas nos serviços de bombeiros nos vários países do mundo.

As atividades de bombeiros sempre se notabilizaram por oferecer uma diversificada gama de variáveis, tanto no que diz respeito à natureza singular de cada uma das ocorrências que desafiam diariamente a habilidade e competência dos nossos profissionais, como relativamente aos avanços dos equipamentos e materiais especializados empregados nos atendimentos.

Nosso Corpo de Bombeiros, bem por isso, jamais descuidou de contemplar a preocupação com um dos elementos básicos e fundamentais para a existência dos serviços, qual seja: o homem preparado, instruído e treinado.

Objetivando consolidar os conhecimentos técnicos de bombeiros, reunindo, dessa forma, um espectro bastante amplo de informações que se encontravam esparsas, o Comando do Corpo de Bombeiros determinou ao Departamento de Operações, a tarefa de gerenciar o desenvolvimento e a elaboração dos novos Manuais Técnicos de Bombeiros.

Assim, todos os antigos manuais foram atualizados, novos temas foram pesquisados e desenvolvidos. Mais de 400 Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros, distribuídos e organizados em comissões, trabalharam na elaboração dos novos Manuais Técnicos de Bombeiros - MTB e deram sua contribuição dentro das respectivas especialidades, o que resultou em 48 títulos, todos ricos em informações e com excelente qualidade de sistematização das matérias abordadas.

Na verdade, os Manuais Técnicos de Bombeiros passaram a ser contemplados na continuação de outro exaustivo mister que foi a elaboração e compilação das Normas do Sistema Operacional de Bombeiros (NORSOB), num grande esforço no sentido de evitar a perpetuação da transmissão da cultura operacional apenas pela forma verbal, registrando e consolidando esse conhecimento em compêndios atualizados, de fácil acesso e consulta, de forma a permitir e facilitar a padronização e aperfeiçoamento dos procedimentos.

O Corpo de Bombeiros continua a escrever brilhantes linhas no livro de sua história. Desta feita fica consignado mais uma vez o espírito de profissionalismo e dedicação à causa pública, manifesto no valor dos que de forma abnegada desenvolveram e contribuíram para a concretização de mais essa realização de nossa Organização.

Os novos Manuais Técnicos de Bombeiros - MTB são ferramentas importantíssimas que vêm juntar-se ao acervo de cada um dos Policiais Militares que servem no Corpo de Bombeiros.

Estudados e aplicados aos treinamentos, poderão proporcionar inestimável ganho de qualidade nos serviços prestados à população, permitindo o emprego das melhores técnicas, com menor risco para vítimas e para os próprios Bombeiros, alcançando a excelência em todas as atividades desenvolvidas e o cumprimento da nossa missão de proteção à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio.

Parabéns ao Corpo de Bombeiros e a todos os seus integrantes pelos seus novos Manuais Técnicos e, porque não dizer, à população de São Paulo, que poderá continuar contando com seus Bombeiros cada vez mais especializados e preparados.

São Paulo, 02 de Julho de 2006.

Coronel PM ANTONIO DOS SANTOS ANTONIO

Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo

1. Introdução.....	1
2. Dispositivos Legais.....	4
3. Esferas do Direito.....	5
3.1 Direito Público.....	5
3.2 Direito Privado.....	5
3.3 Direito Penal.....	6
3.4 Direito Administrativo.....	6
3.5 Direito Civil.....	6
4. Poder de Polícia e o Corpo de Bombeiros.....	7
4.1 Os Poderes Administrativos.....	7
4.2 Os poderes Vinculados e Discricionários.....	8
4.3 Poder Hierárquico e Poder Disciplinar.....	9
4.4 O Poder de Polícia.....	11
4.4.1 – Generalidades.....	11
4.4.2 – Os Atributos do Poder de Polícia.....	12
4.4.3 - O Exercício do Poder de Polícia pelo Corpo de Bombeiros....	14
5 - Princípios do Direito Administrativo.....	15
5.1 Importância.....	15
5.2 Princípios Gerais.....	16
5.2.1 – Princípio da Legalidade.....	17
5.2.2 – Princípio da Impessoalidade.....	17
5.2.3 – Princípio da Moralidade.....	18

5.2.4 – Princípio da Publicidade.....	18
5.2.5 – Princípio da Eficiência.....	19
5.2.6 – Princípio da Razoabilidade.....	19
5.2.7 – Princípio da Finalidade.....	20
5.2.8 – Princípio da Motivação.....	21
5.2.9 – Princípio do Interesse Público.....	21
5.3 Princípios Específicos.....	22
5.3.1 – Princípio da Hierarquia.....	22
5.3.2 – Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.....	22
 6 - Responsabilidade Civil nos serviços de Bombeiro e Prevenção.....	23
6.1 Obrigação de indenizar.....	23
6.1.1 - Ato Ilícito.....	23
6.1.1.1 - Obrigação de indenizar ato ilícito.....	23
6.1.2 - Ato lícito.....	24
6.1.2.1 - Obrigação de indenizar dano oriundo de atividade lícita...24	
6.1.3 - Ato Lesivo e Não Ilícito.....	25
6.1.3.1 - Legítima Defesa.....	25
6.1.3.2 - Exercício Regular de um Direito.....	25
6.1.3.3 - Estado de Necessidade.....	25
6.2 A Responsabilidade Civil do Estado.....	26
 7 – Esfera Penal.....	27
7.1 Conceito Formal de Crime.....	27
7.2 Caracteres do crime sob o aspecto formal.....	28
7.2.1 – Fato Típico: Antijuricidade e Culpabilidade.....	28
7.2.2 – Elementos do Fato Típico.....	28

7.2.3 – Antijuricidade.....	28
7.2.4 – Culpabilidade.....	28
7.2.5 – Punibilidade.....	29
7.2.6 – Requisitos do Crime.....	29
7.2.7 – Crime e Ilícito Civil.....	29
7.2.8 – Crime e Ilícito Administrativo.....	29
7.2.9 – Do Sujeito Ativo do Crime.....	29
7.3 Do Sujeito Passivo do Crime.....	30
7.4 Causas Legais da Exclusão da Ilcitude.....	30
7.4.1 – Estado de Necessidade.....	30
7.4.1.1 – Característica Essencial.....	30
7.4.2 - Requisitos para a existência do Estado de Necessidade....	31
7.4.3 - Legítima Defesa.....	31
7.4.3.1 – Requisitos.....	32
7.4.3.2 – Estrito Cumprimento do Dever Legal.....	32
7.4.3.3 – Exercício Regular de Direito.....	32
7.4.3.4 – Intervenções Cirúrgicas.....	32
7.5 Do Flagrante Delito	33
7.6 Preservação do Local de Crime.....	33
7.6.1 – Exceção.....	33
7.7 Desabamento ou Desmoronamento.....	34
7.8 Inviolabilidade de Domicílio.....	34
7.9 Omissão de Socorro.....	35
7.10 Resistência.....	35
7.11 Desobediência.....	35
7.12 Desacato.....	36
7.13 Da Insubordinação (Recusa de Obediência).....	36
7.14 Contravenções Penais.....	36

7.14.1 – Omissão de Cautela na Guarda ou Condução de Animais.....	36
7.14.2 – Provocar alarma, anunciando desastre ou Perigo Inexistência, ou Praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto....	37
7.14.3 – Simulação da qualidade de funcionário.....	37
7.14.4 – Uso ilegítimo de uniforme ou distintivo.....	37
8. Crimes contra o meio ambiente.....	37
8.1 - Proteção constitucional.....	37
8.2 - Crimes contra a fauna.....	38
8.3 - Crimes contra a flora.....	41
8.3.1. – Corte de Árvore.....	42
8.3.2. – Incêndio Florestal.....	45
8.4 - Outros crimes ambientais.....	47
9. Código de Trânsito Brasileiro (CTB).....	49
10. Proteção e Defesa do Consumidor.....	53
11. Questionários.....	55
12. Bibliografia.....	57
13. Anexo A.....	59

O Manual "Aspectos Legais no Serviço de Bombeiros" é ferramenta importantíssima que vem juntar-se ao acervo de cada um dos policiais militares que servem no Corpo de Bombeiros.

Avançando século XXI, adentro, não se pode esquecer, em nenhum momento, que o Direito é tão antigo quanto o próprio ser humano. Pode-se dizer, mesmo, que surge nos primórdios da humanidade, quando o homem percebe que é melhor viver em grupo, tanto para sua defesa como para a realização de trabalhos, quanto para poder satisfazer todas as suas necessidades. A partir dessa percepção, surgem as regras de convivência, a forma como cada um deve comportar-se em relação aos outros e a delimitação do que se deve, do que se pode e do que não se pode fazer. É o Direito que nasce com o homem e só pode existir em função dele.

Vivemos, hoje, em um Estado Democrático de Direito. A expressão é imponente e reveladora de certa complexidade. Na verdade, trata-se de fruto do desenvolvimento do homem, da sociedade e das relações das mais diversas naturezas que surgiram entre os indivíduos. O Direito, que é a ciência que estuda justamente aquele conjunto de regras convencionais, autorizando as pessoas a fazerem ou deixarem de fazer algo, e permitindo que todos possam agir conforme os seus preceitos, desenvolveu-se como sua razão de existir, ou seja, como o homem e a sociedade. Percebe-se, portanto, que é dinâmico, que continua e continuará se desenvolvendo pelos tempos afora, adaptando-se, aperfeiçoando-se, disciplinando novas relações.

Como profissional que lida diariamente com a população e tem a necessidade de trabalhar em equipe, pode-se perfeitamente dimensionar quão importante é para o bombeiro saber o que se pode, o que não se pode e o que se deve fazer e, mais ainda, quais são as consequências que podem advir das suas ações e das suas omissões. Não apenas isso, mas o que as outras pessoas, os destinatários dos serviços prestados, igualmente, têm que saber para poder conviver e para receber o melhor atendimento possível. Não se deve esquecer o que o Estado, como pessoa jurídica de direito público, tem de observar e respeitar na sua maneira de proceder, na busca da consecução do bem comum e da satisfação do interesse público. Esse entremear de normas de conduta reciprocamente consideradas implica não só limites, deveres e obrigações, como também direitos de cada um, os quais, em última análise, são o móvel e fundamento das diversas restrições à conduta das pessoas.

Os direitos de uma pessoa normalmente se prolongam até uma interface não permeável com os direitos das outras pessoas.

As leis, por sua vez, constituem-se na positivação desse grande conjunto normativo que constitui as regras de Direito. Daí o porquê da ênfase aos aspectos legais relacionados com as atividades de bombeiro. Conhecer a lei, minimamente, em sua área de atuação, representará com certeza o primeiro movimento no sentido de que se tenha a real dimensão da importância do estudo

dessa ciência que é um todo, unitário, mas que se divide sistematicamente, até mesmo para o melhor estudo de seus princípios e a aplicação de seus diversos institutos.

Bem, assim, saber o Direito, tendo conhecimento dos aspectos legais que tocam de perto os serviços de bombeiros, permitirá que sejam mais bem prestados à comunidade, assim como possibilitará a preservação da imagem e do bom nome da Corporação e, também proporcionará ao bombeiro os meios úteis e necessários ao resguardo de suas responsabilidades relativamente ao exercício de suas funções, revelando-se como conhecimento precioso inclusive para a vida pessoal de cada um.

Saber o Direito, nos aspectos legais inerentes às atividades de bombeiros, representará sem sombra de dúvidas o ponto determinante de uma atuação segura, em que o bombeiro saberá até onde pode seguir no exercício de sua profissão, preservando seus direitos, cumprindo seus deveres e obrigações e resguardando os direitos dos destinatários da prestação de serviços e os do próprio Estado.

As questões práticas e as dúvidas que surgem ante as mais diversas situações do cotidiano não deixam margem ao entendimento de que saber os aspectos legais, com propriedade e convicção, não é uma faculdade, mas uma obrigação do profissional.

Poderá o bombeiro entrar em uma residência para combater um incêndio, ainda que à noite, sem considerar a questão da proteção da inviolabilidade do domicílio? E se for para resgatar uma vítima de queda? Poderá ainda o bombeiro deixar de conduzir a vítima ao centro médico de referência ou ao pronto socorro indicado quando ela própria negar-se a receber os cuidados? E no caso de um acidente de trânsito envolvendo mais de um veículo, em que haja vítimas, poderá o bombeiro autorizar ou até mesmo proceder a retirada dos veículos da posição em que se encontram antes da realização da pesquisa pericial da Polícia Científica? E se movimentar os ditos veículos a bem da segurança da fluidez do tráfego e dos demais condutores, por ser de logradouro de extremo movimento?

As ocorrências são muitas, os aspectos legais envolvidos são diversos e levam a conseqüências distintas. Não é sem razão que surgem mais e mais perguntas a povoar de dúvidas o pensamento do bombeiro que na hora da emergência conta, não raras vezes, com fração de segundos para agir. Quando chega ao local de um grande sinistro, verifica que há um caríssimo veículo de luxo obstruindo o único hidrante disponível, e não surge o proprietário prontamente para dali retirá-lo, o que o bombeiro deverá fazer? Chamar apoio de veículos-tanque, enquanto o incêndio consome a edificação? Remover o veículo dali à força, arrombando-o ou simplesmente quebrando as janelas e tentando conectar a adutora através do seu habitáculo? Deverá ou poderá utilizar-se então da reserva de incêndio de um edifício vizinho? E se assim fizer, o proprietário ou o condomínio terá de arcar com o custo do consumo d'água para o combate às chamas? O que deve o bombeiro fazer em cada caso?

O alarme soa, mas o bombeiro está cansado. Isso é o suficiente para deixar de atender à ocorrência?

No local do corte de árvore, que se encontra em risco de queda iminente o bombeiro se acidenta, recebendo um violento golpe de um galho que lhe acerta a cabeça e ele não estava trajando seu EPI, ou seja, estava sem capacete. Se vier a morrer, ou ficar incapacitado para o serviço, quais serão as consequências para ele e para sua família? E, ao contrário, se mesmo usando o capacete o bombeiro perde a sua vida? A vítima está no beiral de um pavimento de edificação elevada onde as labaredas já começam a feri-la pelas costas. Pode o bombeiro deixar de salvá-la sob a alegação de que é muito perigoso e, assim sendo, não lhe pode ser exigido tamanho sacrifício?

As linhas iniciais deste manual de aspectos legais no serviço de bombeiros apenas buscam demonstrar que o profissional não pode prescindir desses conhecimentos básicos. Relacionar todas as dúvidas, questões, situações práticas, casos reais, enfim, dizer caso a caso o que fazer, certamente implicaria elaboração de vários espessos volumes de páginas e mais páginas, para à determinada altura desse trabalho de fôlego perceber-se a sua absoluta inviabilidade.

As regras gerais, impessoais, abstratas da legislação certamente poderão fornecer subsídios à resposta de todos esses questionamentos, basta dedicar-lhes a necessária atenção e estudo.

Os conhecimentos trazidos no presente manual começam por transitar no campo do Direito Constitucional, em que há delimitação da própria competência dos Corpos de Bombeiros; passando por noções de Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Ambiental e até dispositivos do Código Trânsito Brasileiro de.

A correta compreensão dos aspectos legais ora reunidos neste Manual, que por certo serão objeto de continuada revisão e aperfeiçoamento, tanto quanto dinâmico é o Direito, associado aos demais conhecimentos técnico-profissionais, invariavelmente, conduzirá os integrantes do Corpo de Bombeiros a sempre bem cumprir a missão de “Proteção da Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio”.

2 – DISPOSITIVOS LEGAIS

No âmbito federal, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo está inserido na Constituição Federal, conforme segue:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

CAPÍTULO III - DA SEGURANÇA PÚBLICA

“Artigo 144: A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”:

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Parágrafo Quinto - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

No âmbito estadual, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo está inserido na Constituição Estadual, conforme segue:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL:

CAPÍTULO III - DA SEGURANÇA PÚBLICA

"Artigo 142: Ao Corpo de Bombeiros, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade de defesa civil, tendo seu quadro próprio e

funcionamento definido na legislação prevista no parágrafo segundo da lei anterior."

Ainda no âmbito estadual o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo foi regulamentado pela Lei Estadual nº 616, de 17 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme segue:

LEI ESTADUAL Nº 616, de 17 de dezembro 1974:

TÍTULO I - CAPÍTULO ÚNICO

DESTINAÇÃO / MISSÕES / SUBORDINAÇÃO

Artigo Segundo – Compete à Polícia Militar:

INCISO V - "Compete à Polícia Militar realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente, como de proteção e salvamento de vidas humanas e materiais no local do sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em casos de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas."

3 - ESFERAS DO DIREITO

Embora o DIREITO seja uno e indivisível, para aproximá-lo do dia a dia prático dos serviços de bombeiro, vamos dividi-lo em dois ramos básicos, que facilitarão o entendimento:

3.1 - DIREITO PÚBLICO – É aquele que regula relações em que o Estado é parte, ou seja, rege a organização e a atividade do Estado considerado em si mesmo (direito constitucional), em relação com outro Estado (direito internacional), e em suas

relações com os particulares, quando procede em razão de seu poder soberano e atua na defesa do bem coletivo (direito penal, administrativo, tributário e processual).

3.2 - DIREITO PRIVADO – É o que disciplina as relações entre particulares, nas quais predomina, de modo imediato, interesse de ordem particular, como compra e venda, doação, casamento, testamento, etc. (O direito privado abrange: o direito civil, o direito comercial e o direito do consumidor).

Nossas atividades estarão inseridas ora em um, ora em outro desses ramos, sendo que por vezes, por meio de um único ato, estaremos expostos à apreciação no âmbito dos dois ramos (tanto o público quanto o privado).

Exemplificativamente, vamos citar o caso hipotético de uma viatura do Corpo de Bombeiros que, em deslocamento para atendimento de ocorrência, venha a envolver-se em acidente de trânsito, colidindo contra um automóvel particular e, em decorrência desse acidente, resulte o óbito de um passageiro do veículo, além dos danos materiais causados em ambos os carros.

É sabido que os atos do servidor público militar (bombeiro) estão expostos à apreciação de três sub-ramos do Direito, que são:

3.3 - DIREITO PENAL (ramo do Direito Público) - É o conjunto de normas atinentes aos crimes e às penas correspondentes, regulando a atividade repressiva do Estado para preservar a sociedade do delito. O direito penal ocupa-se dos atos puníveis, isto é, dos crimes e das contravenções, vendo-os como condutas que não devem ser praticadas. Ao definir as condutas delituosas, relaciona-se a uma sanção, pena (de natureza repressiva) ou medida de segurança (de finalidade preventiva), por ele previamente prevista e que deve ser aplicada pelo juiz aos delinquentes. Ressaltando-se que no caso de policiais militares, o crime poderá ser classificado ainda como crime militar, conforme a circunstância em que for cometido.

3.4 - DIREITO ADMINISTRATIVO (ramo do Direito Público) - Conjunto de normas concernentes à ação governamental, à organização e realização de serviços públicos destinados a satisfazer um interesse estatal, à instituição dos órgãos que os executam, à capacidade das pessoas administrativas, à competência no exercício das funções públicas, às relações da Administração com os administrados, e à proteção recursal

das garantias outorgadas aos cidadãos para a defesa de seus direitos. Dentre esses vários aspectos, destaca-se, no meio militar, a existência de um regulamento disciplinar, que descreve faltas administrativas e prevê punições aos faltosos; vão desde uma mera advertência, passando pelo cerceamento moderado de liberdade, podendo chegar até a demissão do agente público.

3.5 - DIREITO CIVIL (ramo do Direito Privado) – Destinado a reger relações familiares, patrimoniais e obrigacionais que se formam entre indivíduos encarados como tais, ou seja, enquanto membros da sociedade. Destaca-se, no caso dos militares, o aspecto de indenizações a serem pagas pelo Estado a quem tenha sofrido algum prejuízo decorrente do atendimento de alguma ocorrência e a posterior possibilidade de ressarcimento às custas do Servidor Público.

Dessa forma, no exemplo citado, o fato será avaliado:

a) Na esfera penal, por meio de um Inquérito Policial Militar e ainda, por meio de um Inquérito Policial Comum (há duplicidade de competência apuratória por parte da Polícia Militar e da Polícia Civil), sendo que este irá apurar as circunstâncias em que se deram o óbito, verificando se há indícios de dolo ou culpa por parte dos envolvidos;

b) Na esfera administrativa, por meio de Sindicância que poderá apontar indícios de cometimento de uma falta disciplinar e posteriormente, havendo tais indícios, por meio da abertura de um procedimento disciplinar ou até mesmo de um procedimento exoneratório, conforme as circunstâncias, para o exercício de uma acusação formal, bem como do contraditório e da ampla defesa;

c) Na esfera civil, por meio de Sindicância que irá apurar o montante dos danos patrimoniais advindos do acidente automobilístico, suas circunstâncias e responsabilidade pela autoria.

4 - PODER DE POLÍCIA E O CORPO DE BOMBEIROS

4.1 - OS PODERES ADMINISTRATIVOS

Os poderes administrativos surgem com a administração e estão extremamente ligados às exigências do serviço público, ao interesse da coletividade e aos objetivos a que se dirigem.

São classificados, conforme a liberdade da administração para praticar atos, em poder discricionário; segundo a punição daqueles que à administração se vinculam, em poder disciplinar e poder hierárquico; de acordo com sua finalidade normativa, em poder regulamentar; e quanto à contenção dos direitos individuais, em poder de polícia.

Importante que se diga, que tais poderes podem ser utilizados isolados ou cumulativamente para a consecução de um só ato.

Citando como exemplo, àquele relatado por Hely Lopes¹, a saber:

“O ato de Polícia Administrativa, que é normalmente precedido de uma regulamentação do executivo (poder regulamentar), em que a autoridade escalona e distribui as funções dos agentes fiscalizados (poder hierárquico), concedendo-lhes atribuições vinculadas (poder vinculado) ou discricionárias (poder discricionário) para a imposição de sanções aos infratores (poder de polícia)”.

4.2 - OS PODERES VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

A vinculação decorre diretamente da lei, ocorrendo aquela quando esta já prevê de forma clara o único comportamento que a autoridade pública deve adotar frente a um determinado problema a ser solucionado pela administração pública.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros, 27ª edição, 2002, p. 113

Diversamente do poder vinculado, o poder discricionário confere à Autoridade Pública certa liberdade de escolha, dentre as opções que a lei oferece, de acordo com a conveniência e oportunidade.

Discricionariedade é, pois, liberdade de ação, dentro dos limites preconizados pela lei. Além disso o administrador, ao praticar um ato discricionário, deverá possuir competência legal para tal; obedecer à forma legal para sua execução e atender ao interesse público, que é o fim legal de todo e qualquer ato administrativo.

Nesta linha de raciocínio, um ato discricionário praticado por autoridade incompetente, executado por forma diversa da lei, ou com finalidade estranha ao interesse público, é eivado de ilegitimidade, e, portanto, nulo. Em qualquer dessas situações, o ato deixa de ser discricionário e passa a ser arbitrário.

Arbitrário é, pois, o ato que é praticado sem observância dos limites da lei, quer contrariando-a, quer excedendo-se em seu cumprimento.

A atividade do Corpo de Bombeiros desenvolve-se de forma genérica nas suas missões, com o predomínio da discricionariedade administrativa em que não há possibilidade de prever, e catalogar todas as ações na legislação. Assim, as normas relativas a essa atividade de emergencial, principalmente a Constituição, afirma que a corporação possui competência para atuar em execução de atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento, sem no entanto, especificar detalhadamente todos os passos a serem desenvolvidos nas ocorrências. Por isso, a importância dos procedimentos-padrão e manuais.

Portanto, as guarnições com essa flexibilidade para atuação, podem cometer atos arbitrários. Para evitar ações ilícitas, é necessário que o comandante da guarnição opte pela ação menos danosa às vítimas e ao patrimônio, de forma a atingir o interesse público, que é a proteção à coletividade ao patrimônio e ao meio ambiente.

Por fim, deixamos lapidar o conceito de discricionariedade, de Celso Antônio Bandeira de Melo²:

“Discricionariedade é a liberdade *dentro da lei*, nos limites da norma legal, e *pode ser definida como*: A margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica, diante do caso concreto, segundo critérios subjetivos próprios, a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal”.

4.3 - PODER HIERÁRQUICO E PODER DISCIPLINAR

O poder hierárquico é uma ferramenta utilizada pela administração pública para distribuir e escalonar as diversas funções de seus órgãos, além de ordenar criteriosamente a atuação dos agentes públicos, de forma a estabelecer uma relação de subordinação.

A hierarquia, dentro das corporações militares, assume proporções ainda maiores já que a relação de subordinação é bem mais patente, entre o superior e o subalterno, de forma que este deve seguir estritamente as ordens daquele, cumprindo-as fielmente.

Só não podem ser cumpridas as ordens que forem manifestamente ilegais, já que a própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, Inciso II, diz que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de Lei”. Por exemplo: Poderá haver recusa ao cumprimento de ordem para entrar em local confinado, contendo gases tóxicos, para retirada de animal ou cadáver, caso não seja fornecido à guarnição o equipamento de proteção individual ou respiratória. A recusa será legítima em razão de a ordem ser ilegal (arriscar a vida de um profissional para resgatar um cadáver).

2 MELO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 385.

Outro assunto importante é relativo ao art. 38, do Código Penal Militar (CPM), que trata da obediência hierárquica, dizendo que: “não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem de superior hierárquico, em matéria de serviços”.

Assim, para que o dever de obediência do subordinado para com o superior exclua a responsabilidade penal daquele militar, necessário é que a ordem vinda do superior siga as formalidades legais, que não seja manifestamente ilegal, em matéria de serviço, e que não haja excesso por parte do executor da ordem.

Um exemplo para solidificar o entendimento do art. 38 do Código Penal Militar se remete ao caso de uma guarnição que danifica imóveis para descobrir um foco de incêndio, sem nada constatar; não poderia ser imputada culpa aos subordinados, pois, estariam cumprindo uma determinação que não seria manifestamente ilegal (ver artigo 38 do Código Penal Militar).

O poder disciplinar é a prerrogativa de punir internamente as infrações administrativas dos servidores, não abrangendo o poder punitivo do estado, que é realizado por intermédio da justiça.

O poder disciplinar caminha lado a lado com o poder hierárquico, no entanto com ele não se confunde, porque enquanto neste a Administração distribui e escalona suas funções, no poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções, bem como a conduta dos servidores, impondo sanções àqueles que cometem sanções disciplinares.

4.4 – O PODER DE POLÍCIA

4.4.1. – GENERALIDADES

Um dos mais importantes capítulos do direito administrativo, já o disse Marcello Caetano³, é o Poder de Polícia. Ele encerra, praticamente, toda atividade coercitiva da administração pública, sendo, portanto, necessário conhecê-lo para que o

³ CAETANO, Marcello. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Forense, 1ª ed., 1977, Rio de Janeiro, p. 335

administrador público, civil ou militar, não se exceda na atividade de conter direitos e liberdades dos administrados, que devem saber até onde a lei, o real e o razoável permitem que aquele possa fazer ou deixar de fazer alguma coisa que cerceie os seus direitos.

O poder de polícia é o conjunto de atribuições inerentes à administração pública para disciplinar e restringir, em nome do interesse público, a liberdade e a propriedade.

O poder de polícia visa a evitar danos à coletividade proveniente do uso nocivo da propriedade ou do excesso de liberdade de algumas pessoas.

Traços característicos do poder de polícia são:

4.4.1.1. – Provir necessariamente de autoridade pública, excepcionando-se os casos de flagrante delito, em que qualquer pessoa do povo pode exercê-lo;

4.4.1.2. – Ser uma imposição da administração contra o cidadão infrator; – Abranger genericamente atividades e propriedades.

O poder de polícia é exercido nas diversas atividades estatais, não se restringindo às ações que visem à segurança e à ordem pública.

Na lição de Hely Lopes⁴,

“A cada restrição de Direito individual – expressa ou implícita em Norma Legal – corresponde equivalente poder de polícia à Administração Pública, para torná-la efetiva e fazê-la obedecida”. Assim, cada órgão público dentro de sua competência administrativa, fixada em lei, possui poder de polícia; exemplificando tal assertiva, temos que a vigilância sanitária, atuando em nome da coletividade, pode

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros, 27ª edição, 2002, p. 129.

fiscalizar, multar e até interditar um determinado restaurante, cuja cozinha não ofereça as condições mínimas de higiene.”

O Corpo de Bombeiro possui poder de polícia, dentro das atividades fixadas pela Constituição Federal e por leis; de forma que existirá limitação administrativa, impondo ao particular que coloque equipamentos contra incêndio nos prédios. Neste caso, o poder público não visa apenas a obrigar, ele quer evitar que as atividades ou situações pretendidas pelo particular sejam efetuadas de maneira perigosa ou nociva a coletividade.

Citando Alvaro Lazzarini⁵, que exemplifica que o interessado, pessoa jurídica ou natural, que apresenta um projeto contra incêndios, propondo medidas de segurança na edificação projetada.

O Corpo de Bombeiros analisa o projeto, por meio de seu órgão competente, e emite um ato administrativo, favorável ou não a ele; com base no Decreto nº 46076, de 2001, acrescenta que, se o projeto estiver em desacordo com as especificações para a instalação de proteção contra incêndios, ele será vetado, devendo ser corrigidas as falhas verificadas. Se, ao contrário, estiver de acordo, ele será aprovado, sujeitando-se à vistoria do Corpo de Bombeiros para verificação se foi e está sendo cumprido o projeto aprovado.

4.4.2. OS ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

O poder de polícia possui três atributos específicos a saber: a discricionariedade; a executoriedade; e a coercibilidade.

Por discricionariedade, entende-se a escolha, pela administração, da oportunidade e da conveniência de exercer o poder de polícia, e com ele infligir sanções, com o fim de alcançar a proteção de algum interesse público.

Reforça-se que discricionariedade não é sinônimo de arbitrariedade, posto que aquela observa a lei a esta se produz ao arrepio da lei.

⁵ LAZZARINI, Alvaro. Poder de Polícia e o Corpo de Bombeiros, III Seminário Nacional de Bombeiros, 1992

O ato de polícia é, em regra, discricionário, porém pode ser vinculado, desde que a lei que o rege estabeleça uma única opção de escolha.

A executoriedade é atributo do poder de polícia que autoriza a administração decidir e executar por si mesma sua decisão, sem intervenção do Poder Judiciário.

Assim, por exemplo, se o Corpo de Bombeiros recebe, por denúncia, uma informação de que uma edificação está prestes a desabar, oferecendo risco iminente para os que ali residem, não necessita se dirigir ao Poder Judiciário; por força própria, interdita diretamente a edificação, procedendo a evacuação dos moradores, com o fim de preservar a sua integridade física.

Caso os moradores se sintam lesados em seus direitos, poderão reclamá-los por via Judicial, que intervirá para analisar o caso concreto. Se o prédio oferecia, realmente, o risco potencial, o juiz mantém a decisão do Comandante das Operações; caso contrário, o Judiciário corrige a ilegalidade administrativa e reintegra os moradores em suas posses. Caso não houvesse o perigo iminente, o comandante da guarnição procederia à comunicação à prefeitura do município, para abertura de processo administrativo, em que o responsável se defenderia.

Outro atributo do poder de polícia é a coercibilidade, ou seja, a imposição, por meio coativo, das decisões adotadas pela Administração Pública.

O atributo da coercibilidade justifica, inclusive, o uso da força física para minar resistência do transgressor da lei. Destacando-se que o uso da força desproporcional à resistência, responde o bombeiro por abuso de autoridade.

Algo de relevante importância é consignar que os demais atos administrativos, que não sejam atos de polícia, possuem os seguintes atributos: presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade, este último já foi explicado acima; quanto a presunção de legitimidade, este atributo diz respeito ao princípio da legalidade, e nos informa que os atos administrativos presumem-se legítimos, ou melhor, há a presunção de que estejam em conformidade com a Constituição da República e com as Leis.

Ocorre que esta presunção é presunção relativa e, por isso admite prova em contrário, assim, os atos praticados pelo comandante das operações são, em princípio, considerados legítimos, porém o cidadão poderá argüir em juízo a atitude de os bombeiros desrespeitarem as leis e requerer a anulação do ato administrativo praticado, já que a presunção, frisa-se, é apenas relativa.

O atributo da imperatividade impõe o fiel cumprimento do ato administrativo, enquanto ele não for revogado ou anulado, por manifestação do próprio poder público ou por sentença judicial.

4.4.3 - O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELO CORPO DE BOMBEIROS

Essencialmente o poder de polícia significa a faculdade concedida ao poder público de limitar diretamente atividades de particulares ou o uso de bens particulares em benefício do bem de toda a coletividade, ou seja, para atender o interesse geral de toda a população.

O poder de polícia não é privativo deste ou daquele órgão. O Estado, que é o primeiro detentor desse poder, permite que toda autoridade o exerça no limite de suas atribuições. Até mesmo o cidadão comum pode exercê-lo, embora neste caso não haja o entendimento de uma obrigação e sim de uma opção. Assim, o cidadão que detém um marginal na prática de ato ilícito e o conduz a um posto policial, embora não seja sua obrigação, exerceu o poder de polícia. Pois bem, se até o cidadão pode exercê-lo, com muito mais razão é cabível ao Corpo de Bombeiros atuar sob este aspecto. Logo, quando uma guarnição efetua o isolamento de um local de ocorrência, não permitindo o acesso de pessoas que não estejam ligadas às atividades de resgate e salvamento das vítimas, estará exercendo o poder de polícia na esfera de suas atribuições legais.

Como todo ato administrativo, no entanto, a medida advinda do exercício do poder de polícia encontra alguns limites. Embora obrigatório para o destinatário, admitindo-se inclusive o uso de força para seu cumprimento quando da oposição de resistência, o poder de polícia não é uma carta branca para o cometimento de arbitrariedades. Assim, a quebra da resistência do destinatário do ato de polícia deve ocorrer dentro do princípio da

Legalidade, como também dentro da realidade e da razoabilidade, sendo proporcional à resistência.

Sob este aspecto, admite-se então que um bombeiro em serviço promova a remoção de pessoas em local exposto a risco iminente de desabamento ou locais sinistrados quaisquer, até que esses locais sejam estabilizados e deixados em segurança, mesmo que esta não seja a vontade do indivíduo. Ressalte-se porém que, como já dito, a forma como se dará esta retirada deverá ser proporcional à resistência oferecida e dentro da legalidade.

Deverá ser observado ainda que outros órgãos públicos poderão ter competência concorrente para estar nos citados locais exercendo suas atribuições legais, devendo-se evitar o tanto quanto possível atritos entre a corporação e tais órgãos, como, por exemplo, autoridades policiais, observadores da defesa civil, médicos do sistema público e outros.

5 - PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Neste item serão analisados os princípios fundamentais do Direito Administrativo, encontrados no ordenamento jurídico em vigor. Essa análise dos princípios de qualquer ramo do Direito é de extrema importância prática, pois permite a visualização global do sistema para melhor aplicação de suas regras.

5.1. - IMPORTÂNCIA

Em direito, princípios são fórmulas nas quais estão contidos os pensamentos diretores do ordenamento, de uma disciplina legal ou de um instituto jurídico.

Consistem em “enunciações normativas de valor genérico que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico para sua aplicação e integração e para a elaboração de novas normas”. No Direito Administrativo, os princípios revestem-se de grande importância, são vetores da busca interpretativa. Por ser um direito de elaboração

recente e não codificado, os princípios auxiliam a compreensão e consolidação de seus institutos⁶.

Nesse sentido é a opinião de Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁷:

“Sendo o Direito Administrativo de elaboração pretoriana e não codificado, os princípios representam papel relevante nesse ramo do direito, permitindo à administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da administração”.

5.2. - PRINCÍPIOS GERAIS

O rol dos princípios do direito administrativo não é idêntico nos diversos ordenamentos e na doutrina. Por outro lado, há princípios de maior abrangência (exemplo: princípio da impessoalidade) e princípios setorizados (prescritibilidade dos ilícitos administrativos)⁸.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, contempla, no inciso LV, o princípio do contraditório e da ampla defesa; no art. 37, caput, menciona cinco princípios que devem ser observados pela administração:

“A administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e (...)”.

A Constituição Estadual, em seu art. 111, caput, acrescenta os seguintes princípios: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de (...) razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público.”

⁶ MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 2002, p 146 e 147.

⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 2000, p 67.

Serão abordados nos itens seguintes os princípios gerais orientados pelas normas constitucionais.

5.2.1 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Por esse princípio, podemos verificar a diferença entre o direito civil e o direito público, naquele o cidadão pode fazer tudo que a lei não proíbe, neste a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.

No dizer de Hely Lopes Meirelles⁹, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de praticar um ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

5.2.2 - PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹⁰, “exigir impessoalidade da Administração tanto pode significar que esse atributo deve ser observado em relação aos administrados como à própria Administração”.

Acrescenta Gasparini¹¹ “que com este princípio quer-se quebrar o velho costume do atendimento do administrado em razão de seu prestígio ou porque a ele o agente público deve alguma obrigação”.

Já Hely Lopes Meirelles¹², “explica que esse princípio nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal”.

⁸ MEDAUAR, Odete. ob. cit., p. 148.

⁹ MEIRELLES, Hely Lopes. ob. cit., p. 86.

¹⁰ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. ob. cit., p. 71.

¹¹ GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 1995, p. 6.

¹² MEIRELLES, Hely Lopes. ob. cit., p. 89 e 90.

Tratando de forma impessoal o processo, aqueles que tem a difícil missão de decidir terão isenção de consciência.

5.2.3 - PRINCÍPIO DA MORALIDADE

As relações da moral com o direito são as mais antigas possíveis, remontam às origens do fenômeno jurídico. Já se disse que o direito seria em grande medida a moral legalizada.

Para Osório¹³, a moral é uma regra autônoma, individual, com raízes em valores sociais que são aceitos voluntariamente pelo ser humano, que estabelece sua própria lei.

Hely Lopes Meirelles¹⁴, “citando Hauriou, explica que o agente administrativo, como ser humano dotado de capacidade de atuar, deve, necessariamente distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto e ao atuar não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta.

Por considerações de direito e moral, o ato administrativo não terá de obedecer somente à lei jurídica, mas, também, a lei ética da própria instituição (...).”.

Lazzarini¹⁵ afirma que: “pode-se, bem por isso, dizer que na Administração Militar, Estadual e Federal, seus membros sujeitam-se a deveres éticos profissionais, isto é, uma verdadeira deontologia militar , como qualquer outro profissional (...)”.

5.2.4 - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Hely Lopes Meirelles¹⁶, ensina que, publicidade é a divulgação oficial do ato para o conhecimento público e início de seus efeitos externos.

¹³ OSÓRIO, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador, 2000, p. 226 e 227.

¹⁴ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p. 87 e 88

¹⁵ LAZZARINI, Álvaro, Administração Militar na Constituição de 1988, Revista Força Policial nº 33, 2002 p 21.

¹⁶ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 92.

A Publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade.

Conforme bem posiciona Odete Medauar¹⁷, existem algumas ressalvas, vale dizer: (...) o sigilo em dados processos disciplinares (para quem não for sujeito do processo) antes da decisão final, em obediência ao mandamento constitucional, inserido no art. 5º, inciso X, para a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Observa-se tal princípio na publicidade restrita, que é a audiência em processo exclusório, pois somente poderá assistir à sessão quem tiver interesse no evento, portanto entenda-se o defensor, Ministério Público, o estagiário de direito dentre outros com legitimidade de participar das sessões.

5.2.5 - PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Hely Lopes Meirelles¹⁸, fala neste princípio, como aquele que exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹⁹, acrescenta que eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.

5.2.6 - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

Ao aplicar a lei, o administrador público deve fazê-lo de forma racional, de acordo com bom senso. Já a proporcionalidade, diz respeito à intensidade das medidas adotadas que devem estar adequadas a finalidade do ato.

¹⁷ MEDAUAR, Odete, ob. cit., p 155 e 156.

¹⁸ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 92.

¹⁹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, ob. cit., p. 84.

Hely Lopes Meirelles²⁰, fala em razoabilidade e proporcionalidade. Como se percebe, parece-nos que a razoabilidade envolve a proporcionalidade e vice-versa, em suma é a observância do critério de “adequação entre os meios e fins”.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro²¹, “define como princípio aplicado ao direito administrativo a tentativa de impor limites à discricionariedade administrativa. O princípio da razoabilidade entre outras coisas exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza e os fins a que ela tem de alcançar”.

Já Odete Medauar²², se posiciona da seguinte forma: “o princípio da proporcionalidade consiste, principalmente, no dever de não serem impostas, aos indivíduos em geral, obrigações restrições ou sanções àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse público, segundo critério de razoável adequação dos meios aos fins”.

Percebe-se que ao aplicar a lei, o administrador público deve fazê-lo de forma racional e na intensidade adequada à sua finalidade.

5.2.7 - PRINCÍPIO DA FINALIDADE

Hely Lopes Meirelles²³, associou este princípio ao da impessoalidade, informando que ele está orientado para o interesse público.

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro²⁴, denomina este princípio como supremacia do interesse público (...) pelo princípio que hoje serve de fundamento para todo o direito público e que vincula a Administração em todas as suas decisões; o de que os interesses públicos têm supremacia sobre os individuais.

²⁰ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 91.

²¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, ob. cit., p. 80, 81 e 84

²² MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 99 e 100

²³ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 90.

²⁴ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, ob. cit., p 68 e 69.

Para Odete Medauar²⁵, “os princípios apresentam instrumentalização recíproca, citando como exemplo que o princípio da impessoalidade configura-se meio para atuações dentro da moralidade atribuindo ao princípio da finalidade a denominação de princípio da preponderância do interesse público sobre o interesse particular e associando-o ao princípio da proporcionalidade”.

É um instituto que diferencia de forma emblemática a administração pública da privada.

5.2.8 - PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO

Hely Lopes Meirelles²⁶ “acentua que pela motivação o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos (pressupostos de fato) que ensejam o ato e os preceitos jurídicos (pressupostos de direito) que autorizam sua prática. A motivação é ainda obrigatória para assegurar a garantia da ampla defesa e do contraditório, a motivação será constitucionalmente obrigatória”.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro²⁷ acrescenta: “a motivação, em regra, não exige formas específicas, podendo ser ou não concomitante com o ato, além de ser feita, muitas vezes, por órgão diverso daquele que proferiu a decisão”.

Exceção ao princípio da motivação, são os atos não escritos, praticados em situação de urgência ou transitoriedade, como, por exemplo, quando o guarda de trânsito acena para o condutor do veículo, mandando que pare.

Também constitui exceção a esse princípio aqueles sobre os quais não pairam dúvidas, como, por exemplo, a ordem para que a seção seja fechada ao término do expediente”.

²⁵ MEDAUAR, Odete, ob. cit. p 152 e 157.

²⁶ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 97.

5.2.9 - PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO

Para Hely Lopes Meirelles²⁸, “esse princípio está intimamente ligado ao da finalidade. A primazia do interesse público sobre o privado é inerente à atuação estatal e a domina na medida em que a existência do Estado justifica-se pela busca do interesse geral. Acrescenta ainda que essa supremacia do interesse público é o motivo da desigualdade jurídica entre administração e administrados”.

Odete Medauar²⁹ reconhece na expressão interesse público a associação ao bem de toda a coletividade, à percepção geral das exigências da vida na sociedade, designando-o como preponderância do interesse público sobre o interesse particular.

Também explica sobre a indisponibilidade do interesse público em vista de que à autoridade é vedado deixar de tomar providências ou retardar providências que são relevantes ao atendimento do interesse público em virtude de qualquer outro motivo.

5.3. - PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS

Os princípios a seguir são aqueles aplicados subsidiariamente do processo penal bem como os de aplicação específica ao procedimento disciplinar como espécie do processo administrativo.

5.3.1 - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA

Segundo Hely Lopes Meirelles³⁰, hierarquia é a relação de subordinação existente entre os vários órgãos e agentes do executivo, com a distribuição de funções e a graduação da autoridade de cada um. Acrescenta ainda, citando Leon Duguit, que o princípio do poder hierárquico domina todo o direito administrativo e deve ser aplicado, ainda mesmo que nenhum texto legal o consagre.

²⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, ob. cit., p 83.

²⁸ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit., p 99 e 100.

²⁹ MEDAUAR, Odete. ob. cit., p 157.

³⁰ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit , p. 117

5.3.2 - PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

Hely Lopes Meirelles³¹ informa que tal princípio decorre do interesse público com íntima ligação ao da finalidade; pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública não pode dispor desse interesse geral nem renunciar a poderes que a lei lhe deu para tal tutela (...) cujo titular é o Estado.

Nesse sentido é a posição de Odete Medauar³² que segundo tal princípio é vedado à autoridade administrativa deixar de tomar providências ou retardar providências que são relevantes ao atendimento do interesse público, por exemplo, desatende ao princípio da autoridade que deixa de apurar responsabilidade por irregularidade de que tem ciência (...).

Inserido como dever ético do policial militar no Regulamento Disciplinar no art.8º, inciso V, atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares.

6 - RESPONSABILIDADE CIVIL NOS SERVIÇOS DE BOMBEIRO E DE PREVENÇÃO

6.1 - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

6.1.1 - ATO ILÍCITO (CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002)

Artigo 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ato ilícito é a violação do direito subjetivo individual que causa dano patrimonial ou moral, tem o dever de indenizar, desde que:

³¹ MEIRELLES, Hely Lopes, ob. cit , p. 100

³² MEDAUAR, Odete. ob. cit. p. 156

- o fato lesivo voluntário, causado, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência;
- nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente.

Artigo 187 - Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- Abuso de direito ou exercício irregular do direito. O uso de um direito, poder ou coisa, além do permitido ou extrapolando as limitações jurídicas, lesando alguém traz como efeito o dever de indenizar.

6.1.1.1 - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR ATO ILÍCITO (CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002)

O autor de ato ilícito terá responsabilidade subjetiva pelo prejuízo que, culposamente causou, indenizando e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

Ao titular da ação caberá a opção de acionar apenas um ou todos ao mesmo tempo.

A vítima, para ter seus danos ressarcidos, poderá acionar o Estado, o agente ou os dois.

Quem pagar os danos terá o direito de ação regressiva contra os demais.

Artigo 927 – Aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único - Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

6.1.2 - ATO LÍCITO (CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002)

Artigo 188 - Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

6.1.2.1 - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR DANO ORIUNDO DE ATIVIDADE LÍCITA

Responsabilidade civil objetiva que impõe o ressarcimento, independentemente de culpa. Funda-se na teoria do risco criado pelo exercício de atividade lícita, mas perigosa.

Segundo os ensinamentos de Carlos Roberto Gonçalves³³:

“A lei impõe, entretanto, a certas pessoas, em determinadas situações, a reparação de um dano cometido sem culpa. Quando isso acontece, diz que a responsabilidade é legal ou objetiva, porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade. Esta teoria dita objetiva, ou risco, tem como postulado que todo o dano é indenizável, e deve ser reparado por quem a ele se liga por um nexo de causalidade, independentemente

³³ GOLÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. Editora saraiva. 6ª edição. 1995. p.18.

de culpa” (Carlos Alberto Gonçalves apud Agostinho Alvim).

6.1.3 - ATO LESIVO E NÃO ILÍCITO

Há hipóteses excepcionais que não constituem ato ilícito apesar de causar danos aos direitos de outrem, isso porque o procedimento lesivo do agente, por motivo legítimo estabelecido em lei, não acarreta o dever de indenizar, pois a própria norma jurídica lhe retira a qualificação de ilícito. Assim, ante o artigo não são ilícitos: Legítima Defesa – Exercício Regular de um Direito – Estado de Necessidade.

6.1.3.1 - LEGÍTIMA DEFESA - A legítima defesa exclui a responsabilidade pelo prejuízo causado se, com uso moderado de meios necessários, alguém repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

6.1.3.2 - EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO - Se alguém, no uso normal de um direito, lesar outrem, não terá qualquer responsabilidade pelo dano, por não ser um procedimento ilícito. Só haverá ilicitude se houver abuso do direito ou seu exercício irregular ou anormal.

6.1.3.3 - ESTADO DE NECESSIDADE - O estado de necessidade consciente na ofensa do direito alheio para remover perigo iminente, quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário e quando não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo. Se alguém praticar ato em estado de necessidade, excedendo os limites necessários à remoção do perigo, deverá responder civilmente pelo referido excesso.

Por exemplo: Se uma placa de propaganda num prédio em local de grande movimento, ou uma árvore que está prestes a cair. Se caírem causarão grande dano a um bem de outra pessoa ou à própria vida. O bombeiro poderá retirá-las. **Obs.:** - Só haverá INDENIZAÇÃO, desde que não haja uso moderado dos meios ou exceder os limites necessários.

6.2 - A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

A responsabilidade do Estado é objetiva, porque não se impõe ao particular lesado, por uma atividade de caráter público, que demonstre a culpa do Estado ou de seus agentes. A responsabilidade do Estado se caracteriza pelo preenchimento de alguns pressupostos:

- que se trate de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos;
- que tais unidades estejam prestando serviço público;
- que haja um dano causado a particular;
- que o dano seja causado por agente dessas pessoas jurídicas; e
- que esses agentes, ao causar dano, estejam agindo nesta qualidade.

Obs.: O Artigo 37, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil diz que: “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assim, há possibilidade de o Estado (pessoa jurídica de direito), ser for condenado, ressarcir os danos causados por seus agentes, porém poderá ingressar com ação regressiva, nos termos do Código de Processo Civil, contra os seus agentes, por meio de processo legal.

A lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, confirma:

Artigo 122 – A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.

§ 2º - Tratando de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

O Corpo de Bombeiros atende uma gama muito grande e diversificada de ocorrências e, de certo modo, poderá deparar-se com uma ocorrência em que haja dano para alguém, de diversas maneiras. Quer seja por extravio de objeto, como, por exemplo, em acidente com motocicleta em que a vítima é socorrida, e o bem (motocicleta) é deixado para terceiro tomar conta, sendo que, esse bem for extraviado, o agente poderá ser responsabilizado. Quer seja por danos materiais, como, por exemplo, quando ao atender uma ocorrência de fogo no interior de residência, danificar um ambiente que não tenha sido atingido pelo fogo, o agente poderá ser responsabilizado. Quer seja por exposição da vítima (moral), por exemplo, quando do atendimento de ocorrência de queda acidental em via pública, em que o agente corta as roupas da vítima expondo seu corpo, podendo ser responsabilizado. Quer seja por atestado de vistoria sem ser habilitado para isso, podendo o agente acionado por ação ou omissão, com pedido de indenização à vítima.

Uma das atividades de bastante complexidade é o serviço de prevenção, análise e vistoria, por meio das diversas SATs (Seções de Atividades Técnicas).

O próprio Decreto Estadual nº 46.076/01 prevê as responsabilidades do particular em deixar as edificações em consonância com o referido Decreto; e caso não esteja, o Corpo de Bombeiros não aprova o projeto técnico, e, caso o projeto seja aprovado, deve ser executado de acordo com as ITs (Instruções Técnicas) do próprio Decreto; e na falta destas, deve se valer das NBRs (Normas Brasileiras Regulamentadoras).

Os agentes (bombeiros) que analisam e vistoriam devem possuir capacitação (credenciamento), sob pena de culpa por IMPERÍCIA; caso haja NEGLIGÊNCIA, em relação às exigências do sistema não previstas, poderá ser responsabilizado.

7 – ESFERA PENAL

7.1 - CONCEITO FORMAL DE CRIME³⁴

Crime é um fato típico e antijurídico.

7.2 - CARACTERES DO CRIME SOB O ASPECTO FORMAL³⁵

Conceituamos o crime como sendo o fato típico e antijurídico.

Para que haja crime, é preciso uma conduta humana positiva ou negativa.

Pode-se dizer, portanto, que o primeiro requisito do crime é o fato típico.

Não basta que o fato seja típico, pois é preciso que seja contrário ao direito: antijurídico.

Isto porque, embora o fato seja típico, algumas vezes é considerado lícito (legítima defesa). Logo, excluída a antijuridicidade, não há crime.

7.2.1 - FATO TÍPICO: ANTIJURIDICIDADE E CULPABILIDADE³⁶

Fato típico: é o comportamento humano (positivo ou negativo) que provoca um resultado (em regra) e é previsto na lei penal como infração.

7.2.2 - ELEMENTOS DO FATO TÍPICO³⁷

Conduta humana: dolosa ou culposa.

Resultado

Nexo causal: entre a conduta e o resultado.

Enquadramento do fato material a uma norma penal.

³⁴ JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Saraiva. 1999, v.1, p.151

³⁵ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p. 153

³⁶ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.154

³⁷ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.155

7.2.3 – ANTIJURIDICIDADE³⁸

É a relação de contrariedade entre o fato e ordenamento jurídico.

7.2.4 – CULPABILIDADE³⁹

É a reprovação de ordem jurídica, em face de estar ligado o homem ao fato típico e antijurídico. Não se trata de requisito de crime, funciona como condição de imposição de pena.

7.2.5 – PUNIBILIDADE⁴⁰

É uma consequência jurídica do crime e não seu elemento constitutivo.

Nada mais é que a aplicabilidade da função.

7.2.6 - REQUISITOS DO CRIME⁴¹

Os requisitos do crime são o fato típico e a antijuridicidade. Faltando um destes, não há figura delituosa.

7.2.7 - CRIME E ILÍCITO CIVIL⁴²

Não há diferença substancial entre eles. O ilícito penal é sancionado como pena, enquanto o civil produz sanções civis (indenização etc.).

7.2.8 - CRIME E ILÍCITO ADMINISTRATIVO⁴³

³⁸ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.155

³⁹ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.155

⁴⁰ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.156

⁴¹ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.157

⁴² JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.161

⁴³ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.162

É a espécie de sanção que permite diferenciação. “Assim, se o legislador fixou uma sanção administrativa, significa que a considerou suficiente e entendeu desnecessário recorrer à pena”.

7.2.9 - DO SUJEITO ATIVO DO CRIME⁴⁴

Sujeito ativo é quem pratica o fato descrito na norma penal incriminadora.

Todo homem possui capacidade para delinquir.

A lei usa de algumas terminologias para se referir ao sujeito ativo, dependendo da fase processual.

O Direto Material usa a expressão “agente”.

No inquérito policial é “indiciado”.

Durante o processo é “réu”, “acusado” ou “denunciado”.

Na sentença condenatória é “sentenciado”, “preso”, “condenado”, “recluso” ou “detento”.

Sob o ponto de vista biopsíquico é “criminoso” ou “delinqüente”.

7.3 - DO SUJEITO PASSIVO DO CRIME⁴⁵

Sujeito passivo é o titular do interesse, cuja ofensa constitui a essência do crime.

⁴⁴ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit., p.165

⁴⁵ JESUS, Damásio Evangelista de. ob. cit. p.,171

7.4 - CAUSAS LEGAIS DA EXCLUSÃO DA ILICITUDE⁴⁶

Também chamadas de exclusão da antijuridicidade, causas justificantes ou discriminantes:

Causas legais: são as quatro previstas em lei (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito);

7.4.1 - ESTADO DE NECESSIDADE

O estado de necessidade é uma causa de exclusão de ilicitude, encontra-se tipificado no art. 24, do CP. Consiste em uma conduta lesiva praticada para afastar uma situação de perigo.

7.4.1.1 - CARACTERÍSTICA ESSENCIAL

No estado de necessidade, um bem jurídico é sacrificado para salvar outro ameaçado por situação de perigo (ex.: naufrágio).

7.4.2 - REQUISITOS PARA A EXISTÊNCIA DO ESTADO DE NECESSIDADE

- O perigo deve ser atual ou iminente, ou seja, deve estar acontecendo naquele momento ou prestes a acontecer.
- O perigo deve ameaçar um direito próprio ou um direito alheio.
- Necessário se faz que o bem esteja protegido pelo ordenamento jurídico.
- O perigo não pode ter sido criado voluntariamente.
- Quem possui o dever legal de enfrentar o perigo não pode invocar o estado de necessidade, deve afastar a situação de perigo sem lesar qualquer outro bem jurídico. Ex.: bombeiro.
- Inevitabilidade do comportamento lesivo.

⁴⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 2ª ed. Editora Revista dos Tribunais. 2002, p. 136.

- É necessário existir proporcionalidade entre a gravidade do perigo que ameaça o bem jurídico do agente ou alheio e a gravidade da lesão causada.

7.4.3 - LEGÍTIMA DEFESA

Para Guilherme de Souza Nucci⁴⁷:

“é a defesa necessária empreendida contra agressão injusta, atual ou iminente, contra direito próprio ou de terceiro, usando, para tanto, moderadamente, os meios necessários. Trata-se do mais tradicional exemplo de justificação para a prática de fatos típicos. Por isso, sempre foi acolhida, ao longo dos tempos, em inúmeros ordenamentos jurídicos, desde o direito romano, passando o indivíduo a repelir agressões indevidas a direito seu ou de outrem, substituindo a atuação da sociedade ou do Estado, que não pode estar em todos lugares ao mesmo tempo, por meio dos seus agentes. A ordem jurídica precisa ser mantida, cabendo ao particular assegurá-la de modo eficiente e dinâmico”.

7.4.3.1 - REQUISITOS

- Agressão: é todo ataque praticado por pessoa humana. Se o ataque é comandado por animais irracionais, não há legítima defesa e sim estado de necessidade.
- Injusta: no sentido de ilícita.
- Atual ou iminente.

⁴⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 2ª ed. Editora Revista dos Tribunais. 2002. p. 139.

- A direito próprio ou de terceiro: há legítima defesa própria, quando o sujeito está defendendo-se, legítima defesa alheia, quando defende terceiro. Pode-se alegar legítima defesa alheia mesmo agredindo o próprio terceiro (ex.: em caso de suicídio, pode-se agredir o terceiro para salvá-lo). Art. 146, § 3º, inciso II CP.

- Meio necessário.

- Moderação: é o emprego do meio necessário dentro dos limites para conter a agressão.

- Excesso é uma intensificação desnecessária, ou seja, quando se utiliza um meio que não é necessário ou quando se utiliza meio necessário sem moderação.

- Cabe legítima defesa real contra a agressão de inimizável.

7.4.3.2 - ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

É o dever emanado da lei ou de respectivo regulamento. O dever que se cumpre é aquele dirigido a todos os agentes. Quando há ordem específica a um agente, não há o estrito cumprimento do dever legal, mas obediência hierárquica.

7.4.3.3 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

O exercício de um direito jamais pode configurar um fato ilícito. Eventualmente, se, a pretexto de exercer um direito, houver intuito de prejudicar terceiro, haverá crime.

7.4.3.4 - INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS

Amputações, extração de órgão, etc. constituem exercício regular da profissão do médico. Se a intervenção for realizada em caso de emergência por alguém que não é médico, será considerada estado de necessidade. Ex.: bombeiro.

7.5 - DO FLAGRANTE DELITO

Vem do latim “flagare”, que significa estar ardendo, estar queimando.

Encontra-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.

Também se considera flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que se faça presumir ser o autor da infração, ou aquele que é encontrado, em seguida, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que o indiquem ser o autor da infração.

Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. O bombeiro militar tem o dever de prender por obrigação legal.

7.6 - PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME

O local de crime deve ser preservado, o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais (art. 6, I CPP).

Obs.: O bombeiro é obrigado a preservar o local da ocorrência até a chegada do policiamento ostensivo.

A providência é importante na apuração de vários delitos para que se possa efetuar o exame de local do crime e outras diligências que possam ser úteis para esclarecer o fato.

7.6.1 – EXCEÇÃO

O artigo 1º, da Lei nº 5970, de 11 de dezembro de 1973, prevê que, “em caso de acidente de trânsito a autoridade ou agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato poderá autorizar, independentemente de exame do local, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos acidentados, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego.”

7.7 - DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO (ART. 256 CP)

Definição – causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

Pena - Reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Desabamento Culposo (negligência, imprudência e imperícia).

Pena - detenção de 6 meses a 1 ano.

7.8 - INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 5º, XI CF)

A casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela poderá entrar sem o consentimento do morador, salvo:

- durante o dia, em situação de flagrante delito
- desastre
- prestar socorro
- determinação judicial

Durante a noite: todas as causas acima, com exceção de mandado judicial, que não se cumpre à noite.

Obs.: Com o consentimento do morador, o bombeiro pode entrar na casa em qualquer situação.

Art. 150 , § 4º, do CP;

A expressão casa compreende:

- compartimento habitado;
- aposento ocupado de habitação coletiva;
- compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade. Ex.: consultório, escritório, etc.

7.9 - OMISSÃO DE SOCORRO (ART. 135 CP)

Omissão de socorro é deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou pessoa inválida ou ferida, ao desamparado ou em grave e iminente perigo, ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

Pena - detenção de 1 a 6 meses ou multa.

O termo de recusa não tem o objetivo de ser regra geral, a sua única finalidade é verificar se as condições físicas e psicológicas da vítima não foram afetadas, bem como se ela própria podia se locomover sem prejuízo à sua integridade, sendo que nesses casos, a condução seria um transtorno à vítima, e não um benefício à sua saúde. Deve-se fazer uso do modelo em anexo, nos casos em que a vítima sofreu lesões leves, pequenas escoriações, ou nada sofreu, e não quer ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros (Vide Anexo A).

7.10 - RESISTÊNCIA (ART. 329 CP)

Opor-se a execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

Pena – detenção de 2 meses a 2 anos

Obs.: O sujeito voluntariamente embriagado deve responder pelo que faz (art. 28, II CP). Uma pessoa bêbada, que agride fisicamente o funcionário público, comete o crime.

7.11 - DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 CP)

Desobedecer ordem legal de funcionário público.

Pena – detenção de 15 dias a 6 meses e multa.

Art. 68, da Lei de Contravenções Penais “recusar à autoridade, quando por esta, justificadamente solicitados ou exigidos, dados ou indicações concernentes à própria identidade, estado, profissão, domicílio e residência”.

Ex.: pessoa que não fornece seus dados à polícia, na via pública, para evitar ser testemunha de algum delito, mas sem a intenção de transgredir ordem legal.

7.12 - DESACATO (ART. 331 CP)

Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

Pena – Detenção de 6 meses a 2 anos ou multa.

Desacatar é desprezar, faltar com respeito ou humilhar.

Obs.: Não se configura o crime se houver reclamação ou crítica contra a atuação funcional de alguém.

7.13 - DA INSUBORDINAÇÃO (RECUSA DE OBEDIÊNCIA)

Art. 163 CPPM - Recusar obedecer a ordem de superior sobre assunto ou matéria de serviço ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.

Pena – detenção de 1 a 2 anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Obs.: A ordem deve ser determinada a um ou mais inferiores determinados.

7.14 - CONTRAVENÇÕES PENAIIS

Art. 21, LCP – Praticar vias de fato contra alguém.

Pena – Prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa.

7.14.1 - ART. 31 LCP – OMISSÃO DE CAUTELA NA GUARDA OU CONDUÇÃO DE ANIMAIS

Deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente, ou não guardar com a devida cautela animal perigoso.

Pena – Prisão simples de 10 dias a 2 meses ou multa.

Parágrafo único – Incorre na mesma pena quem:

- na via pública abandona animal de carga ou corrida, ou confia a pessoa inexperiente;
- excita ou irrita animal, expondo a perigo a segurança alheia;
- conduz animal na via pública, pondo em perigo a segurança alheia.

7.14.2 - ART. 41 LCP – PROVOCAR ALARMA, ANUNCIANDO DESASTRE OU PERIGO INEXISTENTE, OU PRATICAR QUALQUER ATO CAPAZ DE PRODUZIR PÂNICO OU TUMULTO

Pena – Prisão simples de 15 dias a 6 meses ou multa.

7.14.3 - ART. 45 L CP - SIMULAÇÃO DA QUALIDADE DE FUNCIONÁRIO

Fingir-se funcionário público.

Pena: Prisão simples de 1 a 3 meses ou multa.

7.14.4 - ART. 46 L CP – USO ILEGÍTIMO DE UNIFORME OU DISTINTIVO

Usar, publicamente, de uniforme, ou distintivo de função pública que não exercer; usar, indevidamente, de sinal, distintivo ou denominação cujo emprego seja regulado pôr lei.

Pena – multa, se o fato não constituir infração penal mais grave.

8 - CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

8.1 - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

Art. 225 - “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

8.2 - CRIMES CONTRA A FAUNA⁴⁸

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a licença obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

Conceitos necessários para o entendimento do dispositivo legal:

Fauna: conjunto de animais próprios de uma região ou de um período geológico.

Fauna Silvestre: conjunto de animais próprios da selva.

⁴⁸ LEI Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 441, 2004

Espécies nativas: nascidas naturalmente (sem a intervenção do homem) em uma região.

Espécies migratórias: são aquelas que mudam periodicamente de região.

Nas diversas atividades operacionais que o Corpo de Bombeiros desempenha, existe a captura de animais, quando estes se encontram colocando em perigo a vida e integridade física da comunidade.

Esta atividade está plenamente justificada pela aplicação das excludentes de ilicitude, como a do estado de necessidade e do estrito cumprimento de dever legal.

No tocante à guarda ou depósito do animal capturado, este deve ser imediatamente entregue a Polícia Ambiental, autoridade competente para dar o devido destino ao animal capturado.

Art. 33. Provocar, pela emissão de efluentes ou carregamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas:

III - quem fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Para entendimento deste dispositivo legal, devemos conceituar o significado dos seguintes termos:

Efluentes: são fluidos ou líquidos que emanam de um corpo, processo, dispositivo, equipamento ou instalação.

Materiais: tem sentido de qualquer substância nociva (p. ex: agrotóxicos e substâncias químicas) ao leito de mananciais.

Os fluidos citados acima podem ser decorrentes de vazamentos do sistema de freios, do radiador, do cardan, do câmbio, do cárter ou do tanque de combustível dos veículos envolvidos, ou seja, de qualquer parte do veículo ou do tanque que transporta produtos a granel ou das embalagens que contenham produtos transportados em carrocerias abertas ou fechadas desde que não envolvam produtos perigosos.⁴⁹

No inciso III, encontramos as ações de fundear as embarcações ou lançar detritos, assim deve-se entender como fundear a ação de deitar âncora, ancorar; lançar tem o sentido de jogar, arremessar; detritos são resíduos ou restos de qualquer substância.

Estas ações devem ser evitadas pelos tripulantes das embarcações que se encontram em operações constantes no litoral.

Além disso, deve estar patente em operações com produtos perigosos que a meta deste atendimento é fazê-lo sem agravar ainda mais a degradação do meio ambiente e sem comprometer a Corporação ou o próprio profissional à luz da legislação sobre meio ambiente, que cita entre outras a responsabilidade de quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei (artigo 2º), estando inserido aqui o policial militar do Corpo de Bombeiros, bem como a pessoa jurídica de direito público (Estado), da qual somos agentes.

Art 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

⁴⁹ Caderno de Treinamento do POP PPE-005 (Produtos Perigosos - Limpeza de Pista)

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

O Corpo de Bombeiros vem, ao longo dos anos, atendendo solicitações para a realização de limpeza de pista, motivada pela presença de detritos e produtos químicos diversos, provenientes de acidentes de trânsito ou vazamentos em geral.

Até então, as guarnições faziam uso, quase que exclusivamente, de grandes quantidades de água, realizando a lavagem de pista, propriamente dita, sem a preocupação da destinação das águas residuais.

Quando solicitada a presença do Corpo de Bombeiros em decorrência de vazamento ou derramamento de produtos perigosos que ofereçam risco ao meio ambiente e aos usuários da via, é de fundamental importância o comprometimento das guarnições

aciona, principalmente no tocante à identificação do produto e à análise dos riscos que pode oferecer, devendo adotar medidas que previnam adequadamente a degradação do meio ambiente, seguindo corretamente o que disciplina o POP de produtos perigosos.

8.3 - CRIMES CONTRA A FLORA⁵⁰

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Considera-se floresta de preservação permanente toda e qualquer área onde vive um número indeterminado de espécies de árvores e outras vegetações.

8.3.1. - CORTE DE ÁRVORE⁵¹

Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Por força de lei, o Corpo de Bombeiros só deverá atender as solicitações de corte ou poda de árvores quando as circunstâncias o exigirem, isto é, somente em caráter emergencial em razão de risco iminente à pessoa ou ao patrimônio público ou privado.

A atuação dever ser criteriosa, pois a vegetação de porte arbóreo e demais formas de vegetação, tanto de domínio público como privado, consideram-se como bens de interesse comum a todos os munícipes, levando-se em conta também que existem áreas de preservação permanente e árvores declaradas imunes ao corte, por ato do Executivo

⁵⁰ LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 3 ed. São Paulo: RT, p. 441.

Municipal, em razão de sua localização, raridade, antigüidade, interesse histórico, científico cultural, paisagístico ou de sua condição de poda semente. Assim, o corte dessas árvores poderá configurar crime ambiental, caso não fique caracterizado que foi realizado por apresentar risco iminente à vida ou ao patrimônio.

O Código Florestal⁵² atribui competência ao município para declarar qualquer árvore imune de corte (artigo 7º) e para fiscalizar o corte de árvores nas áreas urbanas (artigo 22, parágrafo único).

Como exemplo, cita-se o Município de São Paulo, cuja Lei Municipal nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, estabelece que a poda ou o corte das árvores em logradouros públicos só poderá ser realizado:

- a) por funcionários da prefeitura com a devida autorização do administrador regional, ouvido o engenheiro agrônomo responsável (artigo 12, inc.I);
- b) por funcionários de empresas concessionárias de serviços públicos, desde que com prévia autorização da administração regional e com acompanhamento permanente do engenheiro agrônomo responsável (artigo 12, inc. XI); e
- c) pelo Corpo de Bombeiros nas ocasiões de emergências em que haja risco iminente para a população ou para o patrimônio público ou privado (artigo 12, inc. III).

Ainda quanto ao Município de São Paulo, a lei acima citada foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 30.443, de 20 de setembro de 1989, que sofreu alterações do Decreto Estadual nº. 39.743, de 23 de dezembro de 1994, declarando como imune de corte as árvores existentes na capital, nos locais relacionados e, dispõe também, que o corte dessas árvores, em caráter excepcional e devidamente justificado, dependerá de prévio exame e parecer favorável da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

A competência de autorização para o corte da vegetação de porte arbóreo, em propriedade pública ou particular, no território do município é da prefeitura municipal (incisos VIII e V, do artigo 30, da Constituição Federal de 1988).

Independente da Região ou cidade, o Corpo de Bombeiros é solicitado pela população para corte ou poda de árvores nas diversas situações, dentre elas:

⁵¹ Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1985, alterada pela Lei nº. 7.803, de 18 de julho de 1989.

- a) situações emergenciais caracterizadas pelo risco iminente à vida ou ao patrimônio;
- b) situações não emergenciais de apoio por solicitação de órgãos públicos;
- c) situações não emergenciais por solicitação de particulares.

Sazonalmente, principalmente durante a estação das chuvas, as solicitações aumentam de tal modo que essa atividade de corte e/ou poda chega a prejudicar as missões específicas do Corpo de Bombeiros, que requerem intervenção imediata (traumatismos diversos, incêndios, salvamentos, etc).

Sendo Assim, ao ser solicitado corte ou poda de árvores, deverá ser procedida avaliação, por meio de triagem e/ou vistoria "in loco" para caracterização da situação e atuação correspondente:

a) situações emergenciais caracterizadas pelo perigo iminente de queda com risco à vida ou patrimônio: verificando na triagem que a situação se configura como emergencial, o Centro de Comunicações deverá, “incontinenti”, providenciar a devida vistoria prévia para confirmar real necessidade de tal operação que, nesse caso, deverá ser iniciada de imediato, a qualquer hora do dia ou da noite, sem interrupção de continuidade do serviço.

b) situações não emergenciais por solicitação de apoio a órgãos públicos: nas situações de apoio de corte de árvores por parte de órgãos públicos competentes (por exemplo: Administração Regional ou Secretaria do Verde e Meio Ambiente) ou empresas concessionárias de serviços públicos (ELETROPAULO, TELESP, entre outras) devidamente autorizadas e acompanhadas do Engenheiro agrônomo responsável, o Corpo de Bombeiros poderá intervir mediante prévia deliberação do Comandante de Bombeiros Metropolitano (na Capital) e dos Comandantes de GBs (nos demais Municípios).

c) Situações não emergenciais por solicitações de particulares: em situações não emergenciais, cabe ao proprietário ou o responsável providenciar o corte ou poda das árvores. Caso não possua condições financeiras de realizar tal serviço, o interessado deverá procurar a ajuda da prefeitura (na Capital, por meio da administração regional e no interior por meio do órgão equivalente) que possui a competência constitucional desse serviço (artigo 30, incisos V e VIII, da CF/88).

Por se tratar de situação com regulamentação rigorosa, além de constituir atividade de elevado risco, os bombeiros, ao realizar os serviços de corte ou poda de árvores, devem se cercar de total segurança física e jurídica, devendo para tanto, observar as peculiaridades da atividade.

Por força da lei, o Corpo de Bombeiros só deverá atender as solicitações de corte ou poda de árvores, quando as circunstâncias o exigirem, vale dizer, somente em caráter emergencial em razão de risco iminente à pessoa ou ao patrimônio, público ou privado.

A fim de restringir ainda mais esse tipo de atendimento pelo Corpo de Bombeiros, principalmente, nos casos em que a árvore estiver ameaçando especialmente a fiação elétrica, a solicitação de corte ou poda deverá ser encaminhada às respectivas companhias de força e luz, uma vez que dispõem de equipamentos para esse tipo de serviço; e além do que, já seriam acionadas para desenergização da rede elétrica, o que deverá ser parâmetro, inclusive para orientação aos interessados. A atividade deverá se limitar à poda, desde que isso seja suficiente para eliminação do risco iminente.

Todo corte ou poda em caráter emergencial deverá ser minuciosamente avaliado na triagem e antecedido de competente vistoria. E durante o corte ou poda, o Comandante da Operação deverá permanecer avaliando constantemente as condições do local de trabalho, interrompendo as atividades somente caso não haja condições de segurança para os bombeiros (chuva com ventos fortes, chuva à noite ou outra intempérie grave e impeditiva da ação). Neste caso, o local deverá permanecer isolado e sinalizado até que cessem tais condições inseguras e se reiniciem os trabalhos de corte ou poda.

Em razão da legislação, já mencionada, a atuação deve ser criteriosa, pois a vegetação de porte arbóreo e demais formas de vegetação, tanto de domínio público como privado, consideram-se como bens de interesse comum a todos os munícipes, levando-se em conta, também, que existem áreas de preservação permanente e árvores declaradas imunes ao corte por ato do Executivo Municipal, em razão de sua localização, raridade, antigüidade, interesse histórico, científico, cultural, paisagístico ou de sua condição de poda semente. Assim, o corte dessas árvores poderá configurar crime ambiental caso não fique bem caracterizado que foi realizado por apresentar risco iminente à vida ou ao patrimônio.

A remoção de árvores já caídas em logradouros públicos é de responsabilidade da prefeitura municipal e em propriedades privadas do proprietário ou o responsável. O Corpo de Bombeiros, de igual forma, somente atuará se houver risco iminente à população ou ao patrimônio.

É indispensável a autorização da prefeitura municipal e acompanhamento permanente do engenheiro agrônomo responsável para os cortes ou podas em situações não emergenciais.

8.3.2. - INCÊNDIO FLORESTAL

Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposos, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

O art. 41 merece especial atenção, pois trata de fato corriqueiro na atividade do Corpo de Bombeiros, que é o crime de “provocar incêndio em mata ou floresta”. Este delito, apesar de se assemelhar com o crime de incêndio (art. 250, do Código Penal - CP), com ele não se confunde, pois no crime previsto no art. 250, do CP, é necessário que o incêndio coloque em risco a vida de pessoas ou bens indeterminados, e naquele crime ambiental basta que se provoque incêndio em mata ou floresta.

Neste tipo penal pune-se, tanto a intenção de colocar fogo na mata ou floresta como também de provocar o incêndio, sem a intenção de fazê-lo, por meio do manejo displicente de aceiros, ou a não observância da possibilidade de que uma queimada controlada possa evoluir para um incêndio, ou outro procedimento de natureza meramente culposa (imprudência, negligência ou imperícia).

São punidos, tanto o proprietário da fazenda, como os executores da queimada descontrolada.

Diante de ocorrências de fogo em mato, devemos observar se não estão caracterizadas tais circunstâncias, em se observando tal fato, devemos encaminhar os suspeitos a um Distrito Policial para serem adotadas as devidas providências pela autoridade policial.

O Código Florestal, estabelecido pela Lei Federal nº 4.771, em seu artigo 27, dispõe que "é proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação", acrescentando em seu parágrafo único que "se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego de fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução".

Regulamentando este artigo 27, o Decreto nº 97.635, de 10 de abril de 1989, dispõe:

Artigo 3º: o combate a incêndio florestal será exercido por:

- I - Corpo de Bombeiros;
- II - grupo de voluntários organizados pela comunidade ou brigadas.

Artigo 6º : Os trabalhos de combate a incêndio florestal são considerados de relevante interesse público.

Nota-se que a Lei Federal, regulamentada pelo Decreto, atribui ao Corpo de Bombeiros a missão de combater os incêndios florestais, revestindo tal missão de relevância, devendo preponderar, não apenas na decorrência do sinistro, mas também no seu planejamento e execução do combate, o interesse público.

Art. 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Pena - detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Fabricar é produzir, construir. Vender é alienar por determinado preço. Transportar é conduzir de lugar para o outro. Soltar é largar de mão.

Para cometer o crime é suficiente que o transgressor cometa apenas uma das ações acima descritas nos verbos. Dessa forma, se balão construído possui potencialidade para causar incêndio, já se configura o delito.

Salienta-se que comércio e transporte desses nocivos balões é tão relevante, do ponto de vista penal, quanto o ato de soltá-los.

Frise-se que para a consumação do crime, não é necessário que o balão provoque incêndio, bastando que ele possa causá-lo.

Desde 13 de fevereiro de 1998, soltar balão é crime, com sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

É crime ambiental que apresenta riscos às florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano, e prevê pena de três anos de detenção e multa.

8.4 - OUTROS CRIMES AMBIENTAIS⁵³

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

⁵³ LEI Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 3 ed. São Paulo.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

O art. 56 possui em seu núcleo uma conduta criminosa, que muitas vezes, passa despercebida pelos Comandantes de Operações de Bombeiros, que é “transportar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva a saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos”.

Muitas vezes, o comandante da Operação e a própria guarnição correm grande risco, quando um caminhoneiro transporta um produto diverso daquele que o veículo sinaliza e não consta na documentação do produto perigoso; vejamos um exemplo: imagine que a sinalização do veículo e a documentação no produto indicam que o produto transportado é líquido inflamável, mas na verdade a substância é um produto que em contato com a água desencadeia uma pseudo - explosão.

O comandante de Operações poderá ser induzido a erro, ao combater o sinistro com água, e vir a comprometer a vida de todos os bombeiros da guarnição. Daí a importância e a necessidade de acionamento do policiamento, seja urbano ou rodoviário, para a devida fiscalização e adoção de medidas pertinentes.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a licença concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

O que se convém observar no tocante à atividade do Corpo de Bombeiros é a vistoria em local de risco, principalmente quando este local se encaixar nos descritos na conduta típica (ex: edificações tombadas como patrimônio histórico e cultural), tendo sido

esse risco provocado pelo proprietário ou possuidor do bem, o qual não pode alterar as características do imóvel protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

Em se observando essa situação, solicitar o concurso do policiamento para adoção das medidas pertinentes e, em sendo necessária, a atuação do CB para minimizar os riscos e evitar a destruição irreparável do bem.

9 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)⁵⁴

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

VII - os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, além de prioridade de trânsito, gozam de livre circulação, estacionamento e parada, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, observadas as seguintes disposições:

- a) quando os dispositivos estiverem acionados, indicando a proximidade dos veículos, todos os condutores deverão deixar livre a passagem pela faixa da esquerda, indo para a direita da via e parando, se necessário;
- b) os pedestres, ao ouvir o alarme sonoro, deverão aguardar no passeio, só atravessando a via quando o veículo já tiver passado pelo local;
- c) o uso de dispositivos de alarme sonoro e de iluminação vermelha intermitente só poderá

⁵⁴ Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Coletânea de Manuais de Legislação ATLAS. São Paulo: 1998.

ocorrer quando da efetiva prestação de serviço de urgência;

d) a prioridade de passagem na via e no cruzamento deverá se dar com velocidade reduzida e com os devidos cuidados de segurança, obedecidas as demais normas deste Código.

As normas previstas na Lei nº 9.503/97 (CTB) devem ser observadas por todos os condutores de veículos automotores na via terrestre, no entanto alguns desses dispositivos dizem respeito, diretamente, aos condutores de veículos oficiais e de socorro. Destacaremos, assim, os dispositivos que requerem maior atenção dos motoristas de viaturas do Corpo de Bombeiros.

Devemos observar que o dispositivo acima citado refere-se à prioridade de trânsito, que não é absoluta e deve ser concedida pelos demais veículos e pedestres, logo, em um cruzamento, por exemplo, a viatura de socorro do Corpo de Bombeiros somente pode avançar o sinal se não houver trânsito, ou, se lhe for cedida passagem (se todos os outros veículos pararem e cederem a prioridade de passagem à viatura em emergência).

Observa-se também, que se consideram “em serviço de urgência” os deslocamentos verificados em função direta do atendimento de uma ocorrência de incêndio, salvamento, resgate, produtos perigosos ou outros, sendo feito o deslocamento conforme as normas de circulação estabelecidas pela via, ou seja, respeitando-se a velocidade permitida para a via e as sinalização existente. O retorno ao quartel, ao término de ocorrência não é serviço de urgência, portanto, seu deslocamento se fará sempre de acordo com a fluidez do tráfego, obedecendo às normas de trânsito para veículos normais.

Quando o motorista e o comandante da guarnição decidem exceder esses limites, farão por sua própria conta e risco, cabendo a devida responsabilização.

Art. 162. Dirigir veículo:

I - sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo;

II - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir cassada ou com suspensão do direito de dirigir:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (cinco vezes) e apreensão do veículo;

III - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo;

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação;

IV - (VETADO)

V - com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa: recolhimento da carteira nacional de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

A todas as faltas previstas no artigo 162, do CTB, estão sujeitos os motoristas das viaturas do CB, portanto seu conhecimento é de suma importância para evitar o cometimento de infrações ao dirigir viaturas oficiais, além de sujeitar os motoristas às sanções do RDPM.

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a

permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

- I - não possuir permissão para dirigir ou carteira de habilitação;
- II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;
- III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal à vítima do acidente;
- IV - no exercício de sua profissão ou atividade estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um terço à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do parágrafo único do artigo anterior.

Quanto aos delitos previstos no CTB, cabe salientar que tanto o homicídio (artigo 302), quanto as lesões corporais (artigo 303), são punidos na forma culposa, assim, qualquer acidente de trânsito que provoque lesões em civis ou nos próprios militares, ou suas mortes, os condutores das viaturas poderão responder tanto na esfera criminal como na esfera administrativa e civil.

Na esfera penal, a norma a ser aplicada é a do CTB, haja vista a aplicação do princípio da especialidade, em razão da previsão específica dos delitos citados naquela norma.

Administrativamente, existem disposições próprias no RDPM (artigo 13, parágrafo único, números 99 e 100) que tipificam a conduta do motorista que não observa as regras de trânsito ou agem com imprudência na condução dos veículos de emergência.

Na esfera cível, poderá ser condenado ao pagamento de indenizações às vítimas ou a seus familiares, ainda que os autores da ação acionem diretamente o Estado, cabendo ação regressiva contra o seu agente.

10 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Há uma preocupação na qualidade do atendimento ao consumidor que é constitucional, citada no inciso XXXII, do art. 5º e inciso V, do art. 170, que impõe ao Estado promover, na forma de lei, a defesa do consumidor, a qual é estabelecida pela lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, descrevendo o consumidor, em seu artigo 2º, como sendo toda pessoa física ou jurídica que adquirir ou utiliza produto ou serviço como destinatário final; e descrevendo o fornecedor, em seu artigo 3º, como toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

A lei 10.294, de 20 de abril de 1999, publicada no Boletim Geral PM nº 078, de 27 de abril de 1999, estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelo Estado de São Paulo; visa à tutela dos direitos do usuário e se aplica ao serviço público prestado pelo Corpo de Bombeiros.

O artigo 6º da referida lei prevê que “o usuário faz jus à prestação de serviços públicos de boa qualidade”. Há consciência de que estamos legalmente compromissados com o bom atendimento, não somente disciplinarmente pelo regulamento que nos rege, mas também na esfera civil pelo Código de Defesa do Consumidor.

O artigo 7º da referida lei exige respeito no atendimento ao usuário, prioridade no atendimento ao idoso, grávidas, doentes e deficientes físicos, não discriminação, adotando medidas de proteção à saúde e segurança dos usuários.

Conscientes de que temos a obrigação de servir, e servir bem, esse MTB vem auxiliar o Bombeiro para dúvidas que possam surgir em decorrência do serviço.

Com início no atendimento à população pelo telefone 193, verificamos que a ocorrência que nem sempre é competência do Corpo de Bombeiros, como, por exemplo, caso clínico, porém solicitada, é encaminhada ao 192, ambulância, e esse encaminhamento é feito através de orientação ao próprio solicitante, dizendo muitas vezes ao parente desesperado para ele mesmo entrar em contato com a Prefeitura via telefone 192 porque não é competência do Corpo de Bombeiros.

Observamos, a valorização do serviço do Corpo de Bombeiros, como heróis que nossos antecedentes foram, em salvar vidas e ajudar o próximo, tendo como objetivo de vida a preocupação com as pessoas, e não atentando ao aspecto legal do fornecimento do bom serviço prestado.

No artigo 14 do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, verificamos que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O Bombeiro em uma ocorrência de incêndio em residência, ao inundar toda a residência com água, muitas vezes desnecessária para a extinção desse incêndio, estará obrigado a reparar os danos desnecessários.

A intenção desde Manual é de conscientizar em relação ao artigo de lei. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

No artigo 17 do referido código descreve que para os efeitos acima descrito, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

E no artigo 22, os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

No parágrafo único, nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista no Código.

Álvaro Lazzarini⁵⁵, cita o princípio da impessoalidade previsto no artigo 37, caput, da Constituição da República, que cuida da responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público das de direito privado prestadoras de serviços públicos por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Só se aparecerá da necessidade de fornecer serviços públicos adequados, eficientes, seguros e contínuos no exato momento em que seus agentes públicos também se aparecerem que, em ação regressiva, serão obrigados a reembolsar aquilo que as pessoas jurídicas, que integram, tiveram que pagar ao ofendido pelo descumprimento das obrigações previstas no citado artigo 22 do CDC em razão de ação ou omissão do próprio agente público, sendo essa responsabilidade subjetiva.

Questionário

Qual a diferença entre Direito Público e Direito Privado?

Num acidente envolvendo viatura do Corpo de bombeiros, quais os ramos do direito serão aplicados?

Qual a diferença entre poder vinculado e poder discricionário?

O que é ato arbitrário?

Qual a diferença entre poder Hierárquico e Poder Disciplinar?

O que é poder de polícia? Qual a sua finalidade?

Quais são os atributos do Poder de polícia?

⁵⁵ LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo, Ed. Revista dos Tribunais, 2000, p. 103-105.

Na coercibilidade a força física deve ser equilibrada. Explique essa afirmação.

Explique o princípio da legalidade.

Explique o princípio da eficiência.

Explique o princípio da finalidade.

O que é crime?

Como podemos definir a antijuricidade?

A culpabilidade é requisito de crime?

Qual a diferença entre Crime e Ilícito Civil?

Quem é o sujeito ativo do crime?

Quem é o sujeito passivo do crime?

Quais as causas legais da exclusão da ilicitude?

Quais os requisitos para a existência do Estado de Necessidade?

Pode invocar o estado de necessidade quem possui o dever legal de enfrentar o perigo?

Quais os requisitos da Legítima Defesa?

Pode-se alegar legítima defesa alheia mesmo agredindo o próprio terceiro?

Quais as espécies de flagrante delito descritas no Código penal?

O Bombeiro é obrigado a preservar o local de crime?

Quais os casos que a entrada em residência sem o consentimento do morador, não configura invasão de domicílio?

Em sendo capturado, por uma guarnição de bombeiros, qualquer animal da fauna silvestre, que esteja colocando em risco a vida ou a integridade física da comunidade, qual o procedimento a ser adotado após a captura?

Nas atividades de bombeiros desenvolvidas com o apoio de embarcações, qual o cuidado que se deve tomar para se evitar degradação do meio ambiente aquático?

Como evitar a degradação do meio ambiente em ocorrências que envolvam Produtos Perigosos?

Quando o Corpo de Bombeiros é acionado para o atendimento de uma ocorrência de corte/poda de árvores, ao que deve atentar?

Diante do atendimento de uma ocorrência de incêndio em matas e florestas, o que a guarnição de bombeiros deve fazer em estando presentes indícios de crime?

Quais as condutas que tipificam o crime envolvendo balões?

No que consiste a prioridade de passagem no trânsito, concedida aos veículos oficiais e de socorro, de que trata o Código de Trânsito Brasileiro?

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n.º 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 507, 2004.

SÃO PAULO (cidade). Lei n.º 10365, de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Município, 23set87. Seção Gabinete do Prefeito, p. 01.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 30443, de 20 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, 21set89. Seção I, p. 01.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 39743, de 23 de dezembro de 1994. Da nova redação ao artigo 18 do Decreto n.º 30443 de 20 de setembro de 1989. Diário Oficial [do] Estado, 24dez94. Seção I, p. 14.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Coletânea de Manuais de Legislação ATLAS. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.

BRASIL. Lei n.º 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 441, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. – 20. ed. Atual. e ampl. – São Paulo Saraiva, 1988.

CAETANO, Marcello. **Princípios Fundamentais do Direito Administrativo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, 2000.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**, 1995

LAZZARINI, Álvaro. **Administração Militar na Constituição de 1988**, Revista Força Policial nº. 33, 2002.

LAZZARINI, Álvaro. **Poder de Polícia e o Corpo de Bombeiros**, III Seminário Nacional de Bombeiros, 1992.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de Direito Administrativo**, Ed. Revista dos Tribunais, 2000.


MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Editora Malheiros, 27ª edição, 2002.

MELO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. Editora Malheiros, 5ª edição, 1994.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito Administrativo Sancionador**, 2000.

ANEXO A

 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	TERMO DE RECUSA DE ATENDIMENTO
---	---------------------------------------

IDENTIFICAÇÃO DA GUARNIÇÃO					
RE -DC	NOME CMT GUARNIÇÃO				
-					
POSTO/GRAD.	OPM	Nº VTR	Nº TALÃO	DATA/HORA	ASSINATURA

*Assinar o termo após sua leitura, o Bombeiro, a vítima e duas testemunhas.

Estou em plenas condições físicas e psicológicas, com pleno discernimento mental e totalmente capaz para tomar decisão e portanto, não quero ser socorrida pela Unidade de Resgate do Corpo de Bombeiros.

Vítima

RG:

Testemunha

RG:

Testemunha

RG:

Bombeiro

RE:

**O CONTEÚDO DESTES MANUAIS TÉCNICOS ENCONTRA-
SE SUJEITO À REVISÃO, DEVENDO SER DADO AMPLO
CONHECIMENTO A TODOS OS INTEGRANTES DO
CORPO DE BOMBEIROS, PARA APRESENTAÇÃO DE
SUGESTÕES POR MEIO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO
CCBSSECINC@POLMIL.SP.GOV.BR**

